

Editorial

Nesta edição da Revista RET-SUS, você vai saber tudo o que aconteceu na 6ª Reunião Geral da RET-SUS, que foi realizada em Vila Velha, no Espírito Santo, nos dias 25, 26 e 27 de abril. O que pensam e esperam os secretários municipais e estaduais de saúde em relação às ETSUS e ao Pacto de Gestão? Como fica seu financiamento? O que a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) tem trabalhado como indicativo para a Política de Educação Profissional em Saúde no Pacto? E o Proeja? Quais são as perspectivas para as ETSUS? Essas respostas estão na matéria de capa, que traz ainda a apresentação da Pesquisa 'Diagnóstico das ETSUS' e a 13ª Conferência Nacional de Saúde, também temas da nossa Reunião.

A seção Especial deste mês fala das ETSUS da Região Norte. Você vai ficar sabendo como as Escolas dessa região têm se organizado para lidar com as especificidades locais como malária, febre amarela e leishmaniose. Apesar de serem as caçulas da nossa Rede (criadas a partir de 2000), essas Escolas têm realizado um trabalho competente e de suma importância para a formação profissional dos trabalhadores de nível médio do SUS no norte do país. Enfrentando algumas dificuldades como o deslocamento de supervisores dos cursos e de alunos que precisam percorrer longas distâncias entre os municípios, as ETSUS têm conseguido incorporar as demandas específicas próprias das condições sociais, econômicas e culturais dessa região. Além disso, é no Norte onde está o único estado do Brasil, o Tocantins, que já

terminou o segundo módulo do curso Técnico de ACS, realizado com recursos da Secretaria Estadual de Saúde.

Acompanhe ainda na seção Gestão da Educação, como as ETSUS vão colaborar na implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Entre os dias 9 e 13 de abril, aconteceu, em Blumenau (SC), uma oficina que discutiu as bases para a elaboração dos planos de cursos de preparação do cuidador e do docente do cuidador que irá lidar com idosos com dependência. A nossa Revista esteve lá e conta tudo em primeira mão.

Ainda nessa seção, você vai saber como a SGTES/MS está trabalhando em uma pesquisa para mapear as atribuições dos trabalhadores de nível médio que atuam na área de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental. O trabalho é coordenado pelo Nescon/UFGM, com a participação da EPSJV/Fiocruz.

No Espaço do Aluno, uma experiência coordenada e desenvolvida por alunos da ETSUS Acre, que visa estabelecer a melhoria da qualidade do tratamento de saúde bucal para os usuários surdos, através da oferta de um curso básico sobre a Linguagem Brasileira de Sinais para todos os profissionais de saúde bucal.

No mais, as notícias sobre o trabalho das ETSUS nesse Brasil a fora.

Boa leitura a todos.

Renata Reis

Secretaria Técnica da Rede de Escolas Técnicas do SUS



Achei excelente a matéria 'Dia Mundial do Trabalho: história, dificuldades e possibilidades de organização' da edição de abril da Revista RET-SUS. Acho essencial todos os cursos das Escolas Técnicas dos SUS terem um momento para a leitura e reflexão dessa matéria em sala de aula (e não importa se no início ou no final do curso - preferencialmente em ambos momentos). Dessa forma, poderemos e devemos formar (e incentivar) não simplesmente técnicos, mas trabalhadores da saúde conscientes e participativos.

José Miguel Tomazevic

São Paulo - SP

Gostaria de receber em minha casa a Revista RET-SUS. Tive acesso através de uma amiga da faculdade e me interessei muito, principalmente porque também sou da área da saúde e atuo no setor público.

Carla Ribeiro

Santos - SP

Li um editorial sobre a Revista RET-SUS e gostaria de receber a Revista. Faço o curso de gestão hospitalar e acho muito importante obter informações para a disciplina de humanização hospitalar.

Márcia Maria de Almeida

Fortaleza - CE

Gostaria muito de receber a Revista RET-SUS. Tenho acompanhado sempre a Revista, mas para isso pego um exemplar emprestado de um colega. Sou agente comunitária de saúde do município de Itaberaba e fico fascinada com as matérias.

Ana Cristina Lima de Almeida

Itaberaba - Bahia

ETSUS da Região Norte formam profissionais indígenas e atuar na prevenção de doenças

Escolas Técnicas do SUS preparam seus docentes para lidar com

Com grande parte de suas terras ocupada pela floresta amazônica, a Região Norte só tem duas estações do ano: verão quente e inverno chuvoso. Cortada por rios e estradas vicinais de terra batida, o acesso ao interior dos sete estados nortistas pode demorar dias. Seu perfil epidemiológico inclui malária, febre amarela, leishmaniose e dengue. São com essas especificidades que as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) têm que lidar na hora de trabalhar a Educação Profissional em Saúde. Em todos os cursos, as ETSUS trazem a realidade local para dentro da sala de aula e, por isso, preparam o profissional do SUS para atender melhor nos serviços.

As sete Escolas da Região Norte estão em diferentes momentos da formação profissional. As ETSUS Acre e Roraima – que tiveram suas especificidades abordadas na matéria da edição de novembro, que inaugurou esta seção – já concluíram o primeiro módulo do curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde e têm cursos como o Técnico de Enfermagem e Técnico de Higiene Dental (THD), assim como a Escola do Amazonas. A ETSUS Tocantins terminou, inclusive, o segundo módulo do curso Técnico de ACS. Já as Escolas do Amapá e Pará estão se preparando para começar este mês a formação dos ACS, enquanto a ETSUS Rondônia vai descentralizar, pela primeira vez, suas atividades. Apesar das diferenças, o que todas as Escolas têm em comum é o fato de desenvolverem um trabalho com um sotaque regional.

É isso que faz o Centro de Educação Técnico-Profissional na Área de Saúde (Cetas), em Rondônia. Segundo Jovelina Gonçalves, pedagoga da Escola, durante a realização do primeiro módulo do curso Técnico de ACS para quatro turmas-piloto, oferecido para agentes comunitários de saúde de Porto Velho, notou-se a importância de falar das características locais, que eram distintas nos vários bairros da cidade. “Em Ulisses Guimarães, por exemplo, existe um grande grupo de catadores de lixo. Por isso, o bairro é limpo. Já em Nacional, vemos várias garrafas no rio próximo”, con-



Turma-piloto do primeiro módulo do curso Técnico de ACS em Porto Velho

ta ela. Isso foi percebido durante a fase de dispersão do curso, quando a ETSUS propôs aos alunos que não fizessem o relatório em suas próprias comunidades. “Fizemos essa atividade para que os alunos trocassem experiências. Depois de observarem a realidade do outro, eles fizeram relatórios com propostas de melhoria para a comunidade, que foram encaminhados para a Secretaria Municipal de Saúde”, explica.

Após a experiência com as turmas-piloto, a ETSUS Rondônia já se prepara para levar o curso para 23 municípios do estado a partir deste mês. Uma das maiores dificuldades durante a capacitação pedagógica dos professores, feita com recursos do estado. A pedagoga também se preocupa com o transporte dos alunos que moram em zonas rurais e terão que se deslocar para o município-sede para as aulas.

A Escola Técnica de Saúde de Tocantins, única ETSUS brasileira a fazer o segundo módulo do curso Técnico de ACS, juntou, na cidade-pólo de Arraias, agentes

comunitários de saúde de mais quatro municípios próximos: Paranã, Lavandeira, Combinado e Conceição do Tocantins. Para que os ACS conhecessem melhor a comunidade de seus colegas, a Escola preparou a I Mostra de Cultura Popular, na qual cada ACS falou sobre as especificidades de seu município. “Pedimos para eles apresentarem a dança regional, as comidas típicas, a história da sua cidade e explicarem como é feito o uso das plantas medicinais para tratar doenças, fato muito comum por aqui”, explica Claudilene do Nascimento, coordenadora local do curso. Em sala de aula, ao tratar do perfil epidemiológico das comunidades rurais, os ACS apontaram a Doença de Chagas como o principal problema. “Em Arraias e Paranã, que têm 80% dos ACS na zona rural, é comum a participação dos agentes comunitários de saúde na retirada dos barbeiros, o que fazem em parceria com os agentes de endemias. Além disso, os ACS trabalham na prevenção da doença, distribuindo panfletos”, conta.

Para combater o dengue, comum em todo o estado do Tocantins, os ACS participaram durante o curso de uma campanha da Secretaria Municipal de Saúde de Arraias para orientar a população a combater o mosquito transmissor da doença. “Durante mais de um ano de curso, inclu-

is do SUS para atender populações rurais e as como malária, leishmaniose e dengue m a realidade dos serviços da capital e do interior dos estados

indo o segundo módulo, os ACS conseguiram, com a prevenção, erradicar os casos de dengue no município”, afirma a coordenadora do curso.

No segundo módulo, um dos principais temas foi a saúde do homem. “Em sala de aula, falamos sobre doenças da próstata, vasectomia e camisinha. Também montamos com os alunos álbuns com imagens do aparelho reprodutor masculino para serem usadas nas palestras que eles vão dar nas comunidades. Antes de voltarem para seus municípios de origem, levamos os ACS para falar sobre os temas aprendidos em sala de aula em uma palestra num quartel de Arraias”, conta Claudilene.

Em Palmas, a turma do curso Técnico de ACS teve uma aula sobre os costumes indígenas para aprender a lidar com os índios não-aldeados da capital. “Levei o índio Flávio, da etnia xerente, para falar sobre alguns aspectos culturais da tribo, que fica no município de Tocantina, a cerca de 80 quilômetros de Palmas. Ele explicou como é o parto de cócoras, preferência das mães índias, falou da tradição de enrolar a comida na folha de bananeira e enterrá-la, do uso de ervas para tratar doenças e das danças”, conta Sâmia Chabo, professora da ETSUS, que antes do curso foi visitar a tribo. “Achei importante conhecer melhor os índios para depois poder ensinar, com propriedade, os costumes indígenas para meus alunos. Os ACS, mesmo que hoje não trabalhem diretamente com a comunidade indígena, precisam conhecer os hábitos desse povo. Caso o índio saia da aldeia e vá para a cidade, fato comum no estado, os agentes comunitários devem conhecer a cultura indígena para respeitá-la. É preciso saber, por exemplo, que muitos índios têm carência de vitaminas e imunidade mais baixa que os brancos”, explica Sâmia.

No município-pólo de Dianópolis, os ACS de sete cidades da região discutiram no curso as duas principais doenças locais: o dengue e a hanseníase. “Ensina-mos os alunos a identificarem as doenças e a atuarem na prevenção. O esforço está dando resultado, já que muitos gestores elogiam o trabalho dos ACS que fizeram

o curso”, conta Mônica Keller, coordenadora regional. Ao final do segundo módulo, a Escola preparou a Mostra de Saúde, na qual os ACS apresentaram para a comunidade os temas discutidos durante o curso. “Queríamos fazer um intercâmbio entre os municípios”, explica Mônica.

No Amazonas, a Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra inclui, no curso Técnico de Nutrição, as informações nutricionais dos alimentos utilizados na culinária amazônica. “Na disciplina ‘Alimentação Regional’, fazemos um estudo nutricional da alimentação dos ribeirinhos, baseada em mandioca e peixes de rio; indígenas, rica em raízes; e da população da floresta. Eles aprendem, por exemplo, que o kamukamu, um fruto comum na Amazônia, tem alto teor de vitamina C. Também é preciso saber que os índios comem muitas raízes e preparam a mandioca em uma temperatura muito alta, diminuindo o valor nutricional do alimento. Com essas informações eles podem criar uma dieta rica, respeitando a cultura dos povos amazônicos”, explica Viviane Lima, diretora da Escola.

O Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza (AP) foi criado em junho de 2006 e vai começar suas atividades com a formação dos agentes comunitários de saúde. Segundo Salomé Sares, diretora da Escola, as aulas terão início ainda no primeiro semestre deste ano. “Teremos 400 alunos divididos entre os municípios de Macapá e Santana, que fica a 30 quilômetros da capital. Nosso maior desafio será quando descentralizarmos o curso para municípios mais distantes, onde os ACS trabalham em zonas rurais e o acesso é muito difícil, principalmente na época das chuvas, quando as estradas ficam em piores condições, dificultando a chegada dos alunos ao curso”, conta ela, informando que, em breve, a Escola também vai oferecer os cursos Técnico de Enfermagem, Técnico em Higiene Dental e Técnico em Meio Ambiente.

A Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres (PA) também está se preparando para começar o primeiro módulo do cur-



Índio da etnia xerente com ACS de Palmas

so Técnico de ACS. “Nós ainda não sabemos exatamente quais são as especificidades de cada um dos 143 municípios do estado, mas temos certeza de que teremos que incluir assuntos diferentes para atender as regiões de Marajó, a transamazônica e o sul do Pará, que têm características distintas”, afirma Márcia Pantoja, gerente técnico-pedagógica da Escola, que também chama a atenção para a dificuldade do acesso às localidades. “Na região de Marajó, o acesso é difícil. Para ir até o município de Cachoeira do Arari, por exemplo, é preciso passar três dias e três noites num barco. Já nos municípios que cortam a transamazônica, como Jacareacanga, 80% da população é indígena e o acesso, na época das chuvas, é feito apenas por aviões monomotores fretados”, diz. Além disso, a Escola está preparada para atender ao perfil epidemiológico do estado. “No curso de ACS, não podemos deixar de falar sobre malária, leishmaniose, dengue e hanseníase, que são as doenças mais comuns do Pará”, explica Márcia.

Depois do ACS, a ETSUS Pará vai oferecer o curso de Agente Indígena de Saúde (AIS). “Temos reuniões periódicas com representantes da Funasa, que nos solicitou a elaboração do plano de curso. Para que o curso atenda às especificidades das tribos, a equipe pedagógica da Escola vai participar de uma capacitação antropológica para conhecer a cultura indígena e, a partir disso, discutir o conteúdo do curso”, diz a gerente técnico-pedagógica. ■

6ª Reunião Geral da Rede de Escolas Técnicas do SUS

13ª Conferência Nacional de Saúde, Trabalho e Educação

Anfitrião do encontro foi o Núcleo de Formação em Saúde do Espírito Santo

Foi a primeira vez que as Escolas Técnicas do SUS se encontraram depois das eleições do ano passado, quando, com a mudança nos governos estaduais, algumas delas também ganharam novos gestores. Momento propício, portanto, para se discutir a atuação política das ETSUS: na condução da Educação Profissional em Saúde nos estados e municípios; nas negociações do Pacto de Gestão; na articulação com o controle social, por meio da 13ª Conferência Nacional de Saúde; e na tomada de consciência da responsabilidade da Rede também com a escolarização dos trabalhadores que forma. Juntos, esses temas compuseram a 6ª Reunião Geral da RET-SUS, que aconteceu em Vila Velha, Espírito Santo, entre 25 e 27 de abril, e ainda contou com a apresentação e discussão dos resultados de uma pesquisa que fez um 'Diagnóstico das Escolas Técnicas do SUS'.

Dessa vez, o encontro teve uma metodologia diferente. Depois de cada mesa-redonda, com exposição e debate, os representantes das Escolas (dois de cada) se reuniam em grupos divididos por região geográfica para discutir questões relativas àquele tema, a partir de um roteiro previamente elaborado. No final do último dia, todo esse material foi sistematizado no formato de um plano de trabalho para a Rede no ano de 2007.

Participaram da mesa de abertura da diretora do Núcleo de Educação e Formação em Saúde, do Espírito Santo, Naya Athayde, a representante do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems), Márcia Andriollo, o representante do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, Gilson Cantarino, a coordenadora de Ações Técnicas do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secre-



Secretário Estadual de Saúde do Espírito Santo fala na mesa de abertura

taria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Deges/SGTES/MS), Ena Galvão, a coordenadora de Ações Estratégicas do Deges/SGTES, Ana Estela Haddad, o gerente de ensino médio e educação profissional da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo, Josemar Pegoreti, e o secretário estadual de saúde do Espírito Santo, Anselmo Tose. Ana Estela falou sobre a missão da SGTES, incluindo a referência a iniciativas da Secretaria, como o Telessaúde e a Câmara Intersetorial de Recursos Humanos, convidando as ETSUS a participarem ativamente desses processos. “Temos enfrentado o desafio de construir redes na educação em saúde. E a RET-SUS é um modelo a ser seguido”, disse. Josemar, que representou o secretário estadual de educação, colocou a Secretaria à disposição para parcerias com a saúde e anunciou a intenção do estado de realizar o Proeja, que seria tema de uma das mesas-redondas do encontro. Já o secretário estadual de saúde fez menção à sua experiência como secretário muni-

cipal de Vitória, destacou a importância da formação de recursos humanos na área da saúde e anunciou diversos desafios nessa área. “Acredito no SUS e na Atenção Básica como o começo de tudo”, apostou.

O anfitrião dessa 6ª Reunião de trabalho foi o Núcleo de Educação e Formação em Saúde da Secretaria Estadual do Espírito Santo, que presenteou os participantes com uma degustação de casquinha de siri, uma apresentação de um grupo infantil de congo e um city-tour por Vila Velha.



Naya Athayde, diretora da ETSUS ES

...nicas do SUS discute Pacto de Gestão, Projeção e pesquisa sobre as Escolas Gestão e Educação em Saúde, do Espírito Santo

Diretrizes e Perspectivas para a Educação Profissional em Saúde nos níveis estadual e municipal

Na primeira mesa da Reunião, 'Diretrizes e Perspectivas para a Educação Profissional em Saúde nos níveis estadual e municipal', Gilson Cantarino, assessor do Conass, apontou a falta de articulação entre as ETSUS e as Secretarias Estaduais de Saúde (SES) como um dos principais problemas da formação profissional. Segundo ele, o Conass está investindo em uma política de recursos humanos que visa a estruturar a organização da área de RH nas Secretarias Estaduais de Saúde. "Constatamos a inexistência, na maioria das SES, de um diagnóstico das necessidades, e de um plano de ação, para desenvolvimento e formação de RH para as SES e para o SUS estadual. Poucas Secretarias têm papel ativo na formulação das políticas e programas de desenvolvimento e formação de profissionais do SUS, o que se revela nos poucos recursos próprios destinados para essa finalidade. Além disso, há uma excessiva subordinação às propostas e aos recursos federais", afirmou. Para ele, é preciso o reconhecimento, por parte dos gestores estaduais, do im-

portante papel das ETSUS na formação de nível médio, a ampliação e fortalecimento dessas Escolas, e a formalização da parceria entre os gestores nas instâncias próprias como a CIT, a CIB, os Conselhos de Saúde e outras instâncias.

Para falar da Educação Profissional em nível municipal, Márcia Andriollo, vice-presidente da regional Sudeste do Conasems, tratou do Pacto de Gestão, que está dividido em cinco blocos de financiamento, e de como conseguir recursos para a Educação Profissional. Para ela, a Educação Profissional em Saúde deve atender às demandas do SUS e ser articulada com a educação básica e de nível superior. "As ETSUS têm papel fundamental na construção e execução dessa política. A criação da RET-SUS foi fundamental para difundir a inteligência coletiva, sobretudo no que diz respeito às pedagogias inovadoras", afirmou, defendendo que as Escolas pactuem os cursos por região, de acordo com as necessidades locais. "A aprovação dos projetos de curso deve ser descentralizada, para assegurar maior agilidade e refletir a realidade e demandas regionais do SUS. O financiamento tripartite e



Gilson Cantarino e Márcia Andriollo

fundo a fundo também darão maior rapidez ao processo formativo", afirmou. Para isso, ela defende a participação ativa dos gestores. "É necessário uma ampla mobilização de todos os gestores, a fim de que o Pacto não seja letra morta. É preciso que estados e municípios definam metas. Esse é o nosso desafio no debate do Pacto nos estados e municípios. A construção da Educação Profissional deve ser produto de cooperação técnica e financeira dos três entes federativos e deve ser articulada com as instituições de ensino e o controle social para atendimento das demandas do SUS, resultando na qualidade dos serviços de saúde", afirmou.

13ª Conferência Nacional de Saúde

No segundo dia da Reunião, as ETSUS fizeram um passeio pelas Conferências de Saúde, até chegarem à 13ª, que acontecerá entre 14 e 18 de novembro deste ano. A apresentação ficou por conta de José Eri Medeiros, é membro da comissão organizadora da próxima Conferência.

Medeiros destacou quatro Conferências como marcos históricos no Brasil. A primeira, realizada ainda no governo Vargas; a de 1963, que propôs reformas de base e inaugurou o debate sobre municipalização; a 8ª, em 1986, que ele classificou como uma 'pre-constituente', porque ajudou a escrever a Constituição Brasileira; e a 9ª,

que teria estabelecido os princípios da descentralização do SUS.

O tema da 13ª Conferência — 'Saúde e qualidade de vida' — será discutido a partir de três eixos temáticos. "Vamos debater quais são os desafios para a efetivação do direito humano à saúde no século XXI; as políticas públicas para a saúde e qualidade de vida, falando do SUS na Seguridade Social e no Pacto pela Saúde; e a participação da sociedade na efetivação do direito humano à saúde", enumerou.

Segundo o palestrante, o desejo da Comissão Organizadora é que na Conferência deste ano a participação da sociedade seja mais efetiva. Ele também

explicitou a intenção de fazer uma parceria com as ETSUS para discutir, por exemplo, uma política de educação permanente para o controle social.

Durante o debate, Sonia Alves, representante da Região Sudeste na Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS, pleiteou a garantia de algumas vagas para a Rede na Conferência. Em resposta, José Medeiros disse que as Escolas devem tentar eleger-se delegadas, mas que também podem formalizar junto ao CNS o pedido de vagas de convidados, em virtude da relevância da sua área de atuação.

Educação Profissional em Saúde e Educação de Jovens e Adultos

“Agora, a educação geral também é problema nosso, na Saúde”. A frase, dita por Milta Torrez, do Programa de Educação a Distância da ENSP/Fiocruz, resume essa mesa-redonda como o momento de uma certa tomada de consciência de que as Escolas Técnicas do SUS podem ter um papel importante também na escolarização dos trabalhadores da Saúde e não apenas na sua profissionalização. Fazendo referência aos documentos que definem o Proeja (Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos), Milta rememorou as lutas históricas do movimento sanitário e chamou atenção para o ponto que une, neste momento, as necessidades do SUS e da Educação. “Não é suficiente fazer saúde equânime cercados de tantas desigualdades”, disse. E completou: “A Educação Profissional em Saúde é uma das estratégias para se alcançar a igualdade, ainda que pelo caminho da equidade”. Defendendo que o público a que essas Escolas se dedicam tem toda a relação com o Proeja, perguntou: “Vocês, ETSUS, já se deram conta de que fazem Educação de Jovens e Adultos?”.

A segunda palestrante da mesa foi Jaqueline Moll, coordenadora do Departamento de Políticas e Articulação Institucional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), que começou sua apresentação falando da sua expectativa de que a Reunião inaugurasse um novo diálogo, principalmente, entre a Rede Federal de Educação Profissional e a RET-SUS. Pontuando as diretrizes básicas do Programa, Jaqueline defendeu que o Proeja se transforme numa política pública que, segundo ela, é necessariamente uma construção social. “A política do MEC hoje não vem de consultores contratados, mas de pessoas envolvidas com a Educação Profissional e Tecnológica a partir de diversos lugares”, explicou, exemplificando com nomes como



Jaqueline Moll, da Setec/MEC, explica diretrizes básicas do Proeja

Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos.

Na opinião de Jaqueline, só faltam duas iniciativas para que o Proeja se torne, efetivamente, uma política pública. De um lado, é preciso incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) os decretos 5.154, que volta a permitir a modalidade de formação integrada entre Ensino Médio e Educação Profissional, e 5.840, que institui o Proeja. Mas mudar a legislação não é suficiente: segundo ela, é necessário também aumentar a dotação orçamentária do Programa. “No ano passado, investimos R\$ 22 milhões. Neste ano, provavelmente serão R\$ 50 milhões. Para dar conta da demanda do país, precisaríamos de cerca de R\$ 800 milhões”, calculou.

A indissociabilidade entre a Educação Profissional e a formação geral, numa perspectiva de educação integrada e politécnica, é, segundo Jaqueline, o princípio básico do Proeja. Por isso, o Programa vem aproximar áreas que estão historicamente separadas. “Temos que produzir um campo epistemológico novo, do qual devem nascer novas matrizes curriculares”, explicou. Isso significa atingir os mais de 60 milhões de brasileiros que, segundo ela, não passa-

ram pela escolaridade obrigatória, mas sem ações compensatórias ou paliativas. “Reinventar este país para todos: esse é o nosso desafio”, propôs.

O Proeja faz parte de uma política maior do governo federal, de incentivo à Educação Profissional e Tecnológica, que inclui, dentre outras coisas, a expansão da Rede Federal de Ensino — que é, segundo o Decreto que institui o Programa, obrigada a destinar pelo menos 10% das suas vagas para o Proeja. Segundo Jaqueline, essas Escolas podem ancorar a construção desse novo campo de conhecimento e de práticas, mas, sozinhas, não são capazes de universalizar essa política de integração entre EPT e EJA. Daí a importância da Rede estadual e, especificamente, da parceria com a RET-SUS.



Milta Torrez, da ENSP/Fiocruz

Adultos: princípios de integração na perspectiva do Proeja



Mesa-redonda sobre o Proeja: discussões permeiam segundo dia da Reunião

A representante da Setec/MEC defendeu ainda que se criem documentos de referência do Proeja por área de formação. De acordo com os gráficos apresentados por ela, a saúde aparece em quinto lugar entre as áreas com maior número de matrículas de Proeja atualmente, com pouco mais de 5% dos cursos. “O MEC quer consolidar esse diálogo com o Ministério da Saúde e deseja que a RET-SUS venha para esse debate”, concluiu.

A fala seguinte foi de Eliza Bartolozzi, doutora em políticas públicas em educação e professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Ela apresentou uma pesquisa que vem sendo realizada na UFES sobre a construção de um currículo integrado de Educação Profissional com a EJA. Mas, embora reconhecendo os progressos, principalmente, a partir do próprio Proeja, a pesquisadora fez críticas às políticas educacionais, sustentadas, segundo ela, por ações fragmentadas. “Em que pese todos os avanços, ainda não temos, neste governo, um projeto claro de sociedade com igualdade de direitos”, opinou. E deu exemplos do campo da educação: “O resultado da luta pelo fim do Decreto 2.208 não foi o esperado, porque possibilita algumas coisas, mas

também cerceia outras mais transformadoras. Isso traduz a correlação de forças desse campo”, opinou. Outra crítica foi dirigida ao Conselho Nacional de Educação que, no parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais, manteve a lógica das competências e fez, na visão de Eliza, apenas uma acomodação, abrindo mão de mudanças estruturais. “As competências vêm, na década de 90, como um discurso da empregabilidade, de individualização e responsabilização dos sujeitos”, justificou, durante o debate, quando foi questionada pela crítica que havia feito à pedagogia das competências. Por tudo isso, ela defendeu que ainda é preciso ter ousadia para mudar a legislação educacional brasileira.

Em seguida, a pesquisadora falou sobre as concepções que sustentam a elaboração de um currículo integrado. Segundo ela, o eixo dessa construção deve ser o tripé ‘ciência, cultura e trabalho’ e depende de algumas mudanças de concepções sobre o mundo, o ser hu-

mano, o sujeito, o trabalho. Por isso, ela alertou para a necessidade de se entender trabalho, antes de tudo, como o modo pelo qual o homem transforma a natureza e não apenas como a forma que ele assumiu no capitalismo, que é o trabalho assalariado. Além disso, ressaltou que trabalho implica, necessariamente, conhecimento manual e intelectual. “O domínio dos conhecimentos é necessário para a classe trabalhadora. Os sujeitos têm que dominar os princípios científicos que estão na base da sociedade. Mas, aqui, falamos de ciência como força produtiva e não como algo isolado em si mesmo”, explicou, ressaltando o compromisso de eliminar a dualidade educacional histórica que forma os técnicos com vistas ao mercado e a elite para o ingresso nos cursos de nível superior.

No que diz respeito à integração no contexto específico do Proeja, Eliza elencou alguns desafios: romper com o autoritarismo das organizações pedagógicas, ter compromisso com o investimento e conhecer os jovens e adultos que estão no banco da escola para, a partir daí, definir o tempo de estudo.



Eliza Bartolozzi, professora da UFES

Por fim, Desirée Raggi apresentou, de forma crítica, a experiência do Proeja no Cefet do Espírito Santo. Segundo ela, a formação “positivista” dos professores em geral é um obstáculo a esse esforço de integração. “Queremos uma integração voltada para a politécnia, mas não sabemos como fazer”, disse, completando: “Nós estamos começando a aprender a trabalhar com jovens e adultos. Vocês, da RET-SUS, já fazem isso há muito tempo”.

Diagnóstico das Escolas Técnicas do SUS: produção de conhecimento, estrutura física e administrativa e mecanismos de gestão orçamentária/ financeira das Escolas hoje

Em que medida o Profae promoveu transformações nas ETSUS? Qual a importância e pertinência da continuidade de um Projeto voltado para o fortalecimento das ETSUS? Que caminhos devem ser trilhados para que as ETSUS se fortaleçam como referência no âmbito regional? Para responder a essas e outras perguntas, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) encomendou à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fiocruz, um 'Diagnóstico das Escolas Técnicas do SUS' no período de 2000 a 2005. No último dia da Reunião, Isabel Brasil, vice-diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da EPSJV apresentou as principais tendências identificadas nessa pesquisa.

Segundo Isabel, o Diagnóstico mostrou, por exemplo, uma significativa ampliação da capacidade de descentralização de cursos das ETSUS e um aumento do número de cursos técnicos acompanhado pela diminuição dos de formação inicial. A quantidade de egressos das Escolas também se ampliou nesse período.

No que diz respeito à infra-estrutura, a pesquisa mostrou que boa parte das Escolas tem biblioteca em funcionamento, mas com instalações precárias, sem funcionários especializados nessa função e com carência de acervo. Por outro lado, as ETSUS têm equipamentos e tecnologias de base física, adquiridos pelo Profae.

No nível pedagógico, os resultados dizem que essas Escolas investiram na construção e revisão de seus projetos políticos pedagógicos e que o Profae e a criação da RET-SUS foram fatores decisivos para os avanços nessa área.

Segundo a palestrante, nas entrevistas as Escolas foram unânimes em considerar a pesquisa como importante para ajudar na identificação das reais necessidades regionais de formação. Da mesma forma, a pesquisa apontou a demanda por mestrado na área de Educação Profissional em Saú-



Deusemar Siqueira e Isabel Brasil apresentam Diagnóstico das ETSUS

de, já que apenas 4% dos docentes das ETSUS têm pós-graduação *stricto sensu*. Já o número de professores com pós-graduação *lato sensu* aumentou consideravelmente nesse período em virtude, principalmente, da especialização promovida pelo Profae. Além disso, o estudo mostra que é preciso aumentar o quadro de docentes próprios da Escola para viabilizar o desenvolvimento de pesquisas nesse campo — de acordo com a pesquisa, a produção técnico-científica das Escolas ainda é baixa.

Entre as principais dificuldades das ETSUS, o Diagnóstico aponta a falta de autonomia financeira e orçamentária, a dificuldade de participar do planejamento das ações no nível central e a vulnerabilidade em relação às mudanças de gestão, já que em apenas duas Escolas o diretor é eleito. “De forma geral, observa-se que as Escolas Técnicas do SUS permanecem ligadas às instâncias responsáveis pela área de Recursos Humanos em Saúde, tanto nas esferas estaduais como municipais. Mantém-se, dessa forma, uma situação semelhante à identificada no diagnóstico realizado em 2000. Algumas ETSUS ganham maior visibilidade nos organogramas das instituições mantenedoras, no entanto, considera-se que a situação das Escolas, no que se refere ao

grau de autonomia política e financeira, não sofreu alterações, ou seja, continuam atuando com muitas limitações orçamentárias e com reduzida incorporação de profissionais”, explicou.

Segundo a apresentação de Isabel, o Diagnóstico conclui que o Profae “foi decisivo para a melhoria das ETSUS, agregando valor político e técnico para que elas sejam referências regionais”. Tanto esse êxito quanto as carências que as Escolas ainda têm indicam, de acordo com o estudo, a necessidade de continuidade de políticas públicas voltadas para esse segmento, tanto por parte do Ministério da Saúde quanto por estados e municípios.

Deusemar Siqueira, técnica da Coordenação de Ações Técnicas do Deges/SGTES/MS, apresentou, por meio de dados quantitativos, o que o Ministério da Saúde está chamando de ‘linha de base’, ou seja, a comparação com o resultado encontrado no diagnóstico feito em 2000. Os números confirmam a análise qualitativa: o investimento e a experiência do Profae levaram a uma evolução significativa no trabalho das Escolas Técnicas do SUS.

A Educação Profissional em Saúde e sua construção no Pacto de Gestão

Na mesa-redonda 'A Educação Profissional em Saúde e sua construção no Pacto de Gestão', Ana Lúcia Pereira, do Departamento de Apoio à Descentralização, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, falou sobre o Pacto pela Saúde – que engloba o Pacto pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão – e da sua tentativa de superar a fragmentação das políticas e programas de saúde. “Houve um reconhecimento da autonomia dos entes federados”, afirmou. Segundo ela, um dos objetivos do Pacto é respeitar as especificidades regionais na hora de elaborar as ações de saúde. “A diversidade deve constituir o processo de pactuação”, disse. Outra proposta é o financiamento tripartite, que será feito fundo a fundo, de acordo com a necessidade do SUS. Para receber os recursos, os gestores devem assinar o Termo de Compromisso de Gestão, no qual se responsabilizam pela saúde da sua população. “O Termo de Compromisso expressa a formalização do Pacto nas suas dimensões pela Vida e de Gestão. Eles deverão definir e pactuar metas locais e estratégias para atingir seus objetivos. Primeiro, o gestor vai apresentar suas propostas na Comissão Intergestora Bipartite. A homologação será feita na Comissão Intergestora Tripartite. O Ministério da Saúde vai monitorar o cumprimento do que foi pactuado”, explicou. Para participar da construção do Termo de Compromisso de Gestão, Ana Lúcia sugeriu que as Escolas Técnicas do SUS busquem espaços de discussão para propor ações aos gestores, que terão assento no Colegiado de Gestão Regional, que ainda será criado. “O Pacto de Gestão exige articulação. As ETSUS precisam perceber o quanto o Pacto pode mudar sua estruturação”, disse.

Mônica Durães, representante da Coordenação de Ações Técnicas do Deges/SGTES/MS, falou sobre os pontos que dizem respeito à educação na saúde no Pacto. “Sabemos que ainda é pequeno o eixo da educação em saúde nas propostas municipais e estaduais. Mas é muito importante que as demandas de Educação Profissional em Saúde passem pelos



Ana Lúcia Pereira, do DAD, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde

Colegiados Regionais”, afirmou. E explicou: “Os planos regionais de Educação Profissional, construídos pelos Colegiados de Gestão Regional, serão encaminhados à Comissão Intergestora Bipartite (CIB) para aprovação. A CIB vai definir quanto de recurso vai para cada região do estado. É importante a articulação das ETSUS com o estado e município para desenvolver ações”.

Para exemplificar essa experiência de articulação com as esferas estaduais e municipais, Sonia Alves, direto-

ra da Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos (ETIS), relatou sua experiência na participação desse processo no Rio de Janeiro. “Quando o Rio começou nesse processo, percebemos que deveríamos partir do plano estadual de saúde para melhor compreender e participar do Pacto de Gestão. Fizemos um diagnóstico econômico e sanitário do estado e, a partir do conhecimento dessas áreas, podemos discutir de igual para igual”, resumiu.



Mônica Durães, do Deges/SGTES/MS



Sonia Alves, diretora da ETIS

Escolas Técnicas do SUS vão oferecer curso para

Turmas-piloto terão verba do Profae e atenderão à dem

Quantos idosos você conhece? Provavelmente muitos. O Brasil tem a sexta população idosa do mundo. De acordo com o Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nosso país tem cerca de 14 milhões de pessoas com mais de 60 anos (8,6% da população). Até 2020, estima-se que os idosos representem aproximadamente 14% da população brasileira. Em vista desse panorama, o governo federal elaborou, em 2003, o Estatuto do Idoso e, em 2006, o Ministério da Saúde organizou a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Uma das maiores preocupações governamentais é oferecer qualidade de vida e assistência para todos os idosos e, principalmente, para aqueles que ficarem dependentes, ou seja, que não conseguirem realizar as chamadas atividades de vida diária (AVD) e atividades instrumentais de vida diária (AIVD). “Em 2006, o Pacto pela Vida colocou as pessoas com mais de 60 anos como prioridade. Precisamos ter políticas de saúde para essa população. Queremos que a sociedade envelheça bem”, defende José Luiz Telles, coordenador da área técnica de saúde do idoso do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (DAPE) da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS).

E quem vai cuidar dos nossos idosos dependentes? Segundo a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, um cuidador capacitado para essa função. “Não podemos pensar em cuidadores sem pensar numa estratégia para preparar essas pessoas. Há um desafio da gestão para tratar da pessoa idosa”, afirma Telles. Para discutir o perfil desse cuidador, o Ministério da Saúde promoveu, entre os dias 9 e 13 de abril, a Oficina de Elaboração da Proposta do Curso de Preparação de Cuidadores de Pessoas Idosas com Dependência e do Curso de Formação do Preparador do Cuidador de Pessoas Idosas com Dependência, que aconteceu em Blumenau (SC) e reuniu as seis Escolas Técnicas do SUS – de Alagoas, Blumenau, Mato Grosso do Sul, Acre, Unimontes e Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) – escolhidas para elaborar um projeto-piloto

AVD e AIVD

As atividades de vida diária (AVD) são relacionadas ao autocuidado, ou seja, a ações como alimentar-se, banhar-se, vestir-se e ir ao banheiro sozinho. Já as atividades instrumentais de vida diária (AIVD) são relacionadas à participação da pessoa idosa na sociedade e indicam a capacidade de o idoso ser ou não independente. Entre as AIVDs estão a realização de funções como utilizar

os meios de transporte, tomar medicamentos, fazer compras, usar o telefone, preparar refeições e cuidar de seu próprio dinheiro. O idoso torna-se dependente quando deixa de realizar as AVD e AIVD. Segundo José Luiz Telles, subsidiado por informações de M. Merck (2000), aos 65 anos, 5% a 8% dos idosos necessitam de ajuda para uma ou mais AVD. Aos 85 anos, o índice sobe para 55% das mulheres e 37% dos homens.

do curso, que será realizado com recursos do Profae (Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem). Também participaram da oficina autoridades em geriatria e gerontologia, além de gestores estaduais e técnicos do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSCF) e da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

O cuidador

Para que as ETSUS possam elaborar um plano de curso que atenda a todas as necessidades do idoso, a oficina foi dividida em dois momentos: du-

rante a manhã, palestrantes falavam sobre os trabalhos que já fazem na área da saúde da pessoa idosa, discutiram a legislação e as ações já implementadas para os idosos; à tarde, os participantes eram divididos em dois grupos de trabalho para discutir, com base no que foi apresentado na primeira parte do dia, as competências que o cuidador do idoso dependente deveria ter, apresentadas como sugestão para as ETSUS no último dia do evento.

Na palestra ‘A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e o Papel do Cuidador de Pessoas Idosas com Dependência’, José Luiz Telles lembrou que são muitos os desafios da gestão do SUS para tratar da pessoa idosa. “Não basta organizar ações apenas olhando para as doen-



Mesa de abertura da Oficina de Preparação do Curso de Cuidadores de Idosos

Para cuidadores de idosos nas cinco regiões do país

Demanda da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa



As seis ETSUS foram divididas em dois grupos de trabalho



ças. Para o idoso, a questão central é sua independência e autonomia. Devemos evitar a institucionalização das pessoas mais velhas, ou seja, colocá-las em instituições de longa permanência para idosos (ILPIs) deve ser a última opção. Por isso, estamos estabelecendo um plano de preparação de cuidadores com o apoio das Escolas Técnicas do SUS”, disse.

Para Patrícia de Marco, assistente social e coordenadora do Programa Nacional do Idoso do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSCF), o cuidador é a pessoa que organiza o cotidiano do idoso, inserindo-o na família e na comunidade. “Ele é responsável, por exemplo, por acompanhar o idoso em atividades como ir ao banco, tratar da sua alimentação e limpeza. É uma pessoa articulada com os cuidados

da área da saúde. Por isso, precisa de uma capacitação”, disse ela durante sua participação na mesa-redonda ‘O perfil do cuidador da pessoa idosa com dependência’. Segundo Patrícia, o MDSCF já atua no atendimento à pessoa idosa. “Contamos com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que têm, entre outras atividades, centros de convivência para idosos. Nesses locais, desenvolvemos ações de empoderamento das pessoas idosas e tentamos fortalecer o vínculo delas com sua família”, explicou. Segundo ela, os CRAS também oferecem proteção especial para os idosos. “Quando eles perdem o vínculo com a família, são levados para abrigos, repúblicas ou instituições de longa permanência. Mas,

tentamos sempre dar apoio à família e ao idoso para evitar a institucionalização”, afirmou, defendendo um plano de atendimento articulado entre o SUS e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Célia Caldas, enfermeira e vice-diretora da Universidade Aberta da Terceira Idade, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), lembrou que cuidador de idosos é uma ocupação, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho. “O cuidador deve aprender no curso a ajudar o idoso a realizar as atividades de vida diária e a identificar as principais doenças da velhice. Para as atividades técnicas, é necessário conhecimento de fisiologia e anatomia, que vai além da ocupação”, explicou Célia. Para ela, o cuidador é o elo entre a equipe de saúde e o idoso. “Ele é parceiro da equipe e deve reconhecer seu limite. Caso o médico ou o enfermeiro treine o cuidador para fazer algum procedimento técnico, qualquer erro será de responsabilidade desses profissionais”, afirmou.

Edenice Reis da Silveira, enfermeira e consultora técnica do Departamento de Atenção Básica (DAB/SAS/MS), apresentou o Guia Prático do Cuidador, que traz os conteúdos identificados e sistematizados pelo Ministério da Saúde para os cuidadores domiciliares de pessoas com dependência. “O guia não foi feito exclusivamente para o idoso, mas para todas as pessoas que tenham algum tipo de dependência. Ele traz ilustrações de alguns procedimentos, como mudança da posição na cama, e será distribuído para os cuidadores pelo Programa de Saúde da Família. A idéia é que as informações sejam explicadas para os cuidadores domiciliares pelas equipes do PSF e pela equipe de internação domiciliar”, explicou. Para José Luiz Telles, esse trabalho poderá ser utilizado como um referencial teórico para o curso que será oferecido pelas ETSUS.

Competências do Cuidador

Para subsidiar as ETSUS na elaboração de um currículo que atenda às

demandas das pessoas idosas, Cláudia Marques, consultora técnica da SGTES, explicou, na palestra 'Competência Profissional: aproximações conceituais' a idéia da formação por competências, com a qual as Escolas Técnicas do SUS irão trabalhar na elaboração do curso para o cuidador.

Nos grupos, os participantes identificaram cinco eixos de competências para a prática do cuidador: interação e comunicação; cuidados em relação às atividades do 'andar da vida'; prontidão para agir em situações imprevistas; prevenção de riscos, acidentes e violências; e direito da pessoa idosa. A partir dos eixos, os participantes da oficina pensaram em exemplos de habilidades que deverão ser desenvolvidas durante o curso que será elaborado e oferecido pelas ETSUS.

No eixo 'Interação e Comunicação', os grupos apontaram como habilidades do cuidador a compreensão do processo de comunicação verbal e não-verbal do idoso e a viabilização de meios de interação do idoso com a família e a comunidade. Para desenvolver a competência em relação às atividades do 'andar da vida', será preciso que o cuidador conheça a história de vida do idoso, reconheça suas manifestações de dependência, apóie o idoso na execução das atividades que demandam auxílio e registre as atividades diárias da pessoa idosa. Para agir corretamente em circunstâncias imprevistas, o cuidador aprenderá a reconhecer situações de urgência e emergência, a realizar os primeiros socorros e a providenciar atendimento de suporte. No eixo 'Prevenção de riscos, acidentes e violências' as habilidades necessárias são: identificar situações de riscos, conversar com a família sobre formas de prevenir acidentes domésticos e reconhecer sinais de violência física e mental. Por fim, o cuidador também deve conhecer a legislação referente aos direitos dos idosos.

Ainda para subsidiar a elaboração do curso, o médico argentino Hugo Valderrama, apresentou sua experiência em cursos para cuidadores, que começou a realizar na Argentina em 1984. "Nessa época, fazíamos uma capacitação



Diretores das ETSUS assistem às palestras da oficina

de apenas 30 horas para nossos professores. E, no ano seguinte, formamos 35 cuidadores de idosos em um curso de 30 horas", contou ele, que ofereceu o curso na Associação de Gerontologia Social de Santa Fé, da qual é presidente. Em 1987, a formação de cuidadores se tornou oficial. Segundo Hugo, o curso de cuidador tem hoje 320 horas, divididas entre teoria e prática. "As primeiras aulas são teórico-práticas. O cuidador utiliza os equipamentos que temos em sala de aula. Por fim, avaliamos os alunos com provas escritas e práticas, nas quais eles mostram que têm habilidades para realizar todas as etapas aprendidas no curso", explicou ele, que já coordenou a formação de cerca de 30 mil cuidadores em todo o país e também criou um kit multimídia para a formação à distância.

Quem forma o cuidador

Depois de discutido o que o cuidador deve aprender no curso, os participantes da oficina analisaram o perfil do preparador do cuidador de idosos. Para Luiza Machado, assistente social e gerente do Programa do Idoso da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMSRJ), é preciso que os multiplicadores tenham experiência em gerontologia, além de já terem trabalha-

do nos serviços. Foi assim que ela formou o corpo docente do 'Projeto de Treinamento de Cuidadores de Idosos', oferecido pela SMSRJ, em 2002. "Elaboramos um curso para 40 profissionais da Secretaria, entre assistentes sociais, auxiliares de enfermagem, enfermeiros, fonoaudiólogos, nutricionistas, psicólogos, técnicos de enfermagem e terapeutas ocupacionais. O curso teve uma carga horária de 60 horas", explicou. Os profissionais formados foram multiplicadores do curso de cuidadores de idosos, que também teve 60 horas e foi oferecido para familiares, cuidadores de ILPIs e agentes comunitários de saúde do Programa de Saúde da Família (PSF).

Durante os trabalhos em grupo ficou decidido que o profissional que formará os cuidadores deverá, preferencialmente, ter nível superior na área de saúde, assistência social ou educação e experiência na área do envelhecimento. Dentre as profissões apontadas pelos participantes da oficina estão os médicos, assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. Mas, antes que eles entrem em sala de aula, será preciso passar por uma capacitação pedagógica de, pelo menos, 80 horas. ■

ETSUS participam de pesquisa sobre perfil do profissional de Vigilância

Ministério da Saúde quer criar diretrizes curriculares para Escolas organizarem seus cursos

As Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) de Brasília, Rio de Janeiro (EPSJV), Fortaleza, Manaus e Porto Alegre participam, em maio, da segunda etapa da pesquisa 'Atribuições do Pessoal de Nível Médio que Atua na Área de Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Ambiental', encomendada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Ministério da Saúde. O objetivo da iniciativa é traçar o perfil do profissional das Vigilâncias da Saúde e propor um referencial curricular baseado na análise das competências demandadas em serviço, como foi feito para os agentes comunitários de saúde (ACS). O resultado deve servir de orientação para que as ETSUS criem um itinerário formativo e construam o currículo do seu curso, conforme suas características locais.

Leda Zorayde, que é consultora da Organização Pan-americana de Saúde (Opas) e participa do acompanhamento técnico da pesquisa, conta que a idéia surgiu da demanda das próprias ETSUS junto à SGTES, que pediam um referencial curricular específico para a área de Vigilância. Antes de ser aplicada em nível nacional, a pesquisa teve um projeto-piloto desenvolvido no estado do Paraná. "Essa primeira experiência permitiu que a metodologia e o instrumento de análise fossem testados e aprimorados para, então, serem utilizados em todo o país. Há, inclusive, a discussão sobre se é melhor fazer um curso único em Vigilância em Saúde ou três, um para cada área - Epidemiológica, Sanitária e Ambiental. A pesquisa ajudará na tomada de decisões", acrescenta Leda.

Fase inicial

A primeira etapa da pesquisa nacional, denominada ETAC (Entrevista Telefônica Assistida por Computador), foi realizada pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (Nescon), ligado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estagiários da área

da saúde ligaram para os 384 municípios selecionados aleatoriamente, entrevistaram o coordenador de vigilância e um trabalhador de nível médio indicado por ele, que respondeu à maior parte do questionário. Os municípios foram divididos por faixa populacional e por região, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Naqueles com mais de 500 mil habitantes, responderam às perguntas dois trabalhadores, o que resultou em 428 questionários preenchidos. Na ETAC, foram perguntados ao profissional a sua área de atuação dentro da Vigilância, o tipo de vínculo, as ações desempenhadas e sua opinião sobre elas (se deveria ou não executá-las). As atividades foram divididas em oito grupos: notificação; investigação; controle e monitoramento; assistência ao paciente; proteção à saúde; promoção, prevenção e educação em saúde; sistema de informação; planejamento e gestão.

Embora ainda seja cedo para definir com clareza o perfil do profissional de Vigilância, um aspecto foi observado consensualmente pelo grupo que participa da pesquisa: quanto menor o número de habitantes por município, mais funções são acumuladas pelo trabalhador. "Nos municípios com menos de 100 mil habitantes, que são maioria, o processo de trabalho é pouco diferenciado nas três subáreas, com o mesmo trabalhador fazendo um pouco de tudo. O grau de diferenciação é exigência da complexidade dos municípios maiores, que demanda práticas mais especializadas", diz Carlos Batistella, pesquisador do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) - uma das instituições que colaboram com o projeto através da revisão de material e análise de resultados. Para Leda, outro ponto comprovado pela pesquisa é a diversidade da organização dos serviços nas diversas regiões: dependendo do lugar, varia o agrupamento das atividades em um determinado setor, sob a mesma coordenação.

Próximos passos

A partir da análise dos resultados da ETAC e com o objetivo de compreender melhor certas respostas ao questionário, foi formulado um roteiro de questões a serem aprofundadas e detalhadas com os trabalhadores nas reuniões presenciais da segunda parte da pesquisa, que serão realizadas nas cinco ETSUS escolhidas. "Os grupos focais nos darão elementos qualitativos que não pudemos extrair das entrevistas por telefone. Queremos entender, por exemplo, por que algumas atividades que são típicas da Vigilância não são feitas pelos profissionais e o motivo de eles dizerem que não devem fazer mesmo", detalha Batistella.

Dessa etapa, participarão de 12 a 15 trabalhadores de cada região, escolhidos aleatoriamente dentre os que responderam ao questionário. Após esse ciclo de grupos focais, que começa nos dias 16 e 17 de maio na ETSUS Brasília, ainda haverá, em junho, dois encontros na EPSJV com alguns dos coordenadores municipais de Vigilância entrevistados anteriormente. Segundo Batistella, as Escolas foram escolhidas para sediar as reuniões justamente para já começarem a se mobilizar, visto que terão papel fundamental nas discussões posteriores para construção coletiva das diretrizes curriculares. "É importante fortalecer a idéia de que as ETSUS são lugares estratégicos para se pensar a Educação Profissional hoje, produzir conhecimento e formar trabalhadores", diz.

O relatório completo da pesquisa, que deve ficar pronto no final de julho, servirá de base para a elaboração do perfil de competências do profissional da área de Vigilância. Segundo Leda, a construção do perfil será feita em oficinas, com a participação de todas as ETSUS e de especialistas na área, além das instituições já envolvidas nas etapas anteriores. Batistella esclarece que, após essa primeira preparação, o perfil de competências será posto em consulta pública e, só depois das eventuais modificações, traduzido em referencial curricular e publicado. ■

Alunos lutam por tratamento bucal de qualidade para pacientes surdos

Trabalho propõe que profissionais de saúde aprendam a linguagem dos sinais

Atendimento mais humanizado para portadores de deficiência auditiva: é essa a proposta do ‘Projeto LIBRAS na Saúde Bucal’, trabalho de conclusão do curso Técnico em Higiene Dental (THD) desenvolvido por dez alunos da Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (AC). Para que esse objetivo seja alcançado, o grupo sugere a oferta de um curso básico sobre a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) a todos os profissionais de saúde bucal.

Segundo José Augusto Fernandes, aluno escolhido pelo grupo para coordenar o trabalho, o tema surgiu devido à constatação de que a dificuldade de comunicação entre pacientes surdos e profissionais de saúde bucal gera um tratamento menos completo e de qualidade inferior àquele oferecido a pessoas sem deficiência auditiva. “Como não há diálogo, o profissional não consegue obter do usuário detalhes necessários à elaboração de um diagnóstico seguro, como, por exemplo, onde é a dor e quando ele começou a senti-la. Se considerarmos a saúde de forma holística, só o atendimento básico não é suficiente”, explica.

José Augusto observa de perto essa situação, primeiramente por trabalhar nas áreas de Enfermagem e Odontologia da Policlínica da Polícia Militar de Rio Branco, que às vezes recebe pacientes surdos, e também por ter um filho com essa deficiência. “Sem o conhecimento da linguagem dos sinais, seria muito difícil transmitir qualquer informação para ele”, conta, acrescentando que já fez três cursos para aprender LIBRAS.

Método de trabalho

Diferentemente dos outros trabalhos divulgados nas edições anteriores da Revista RET-SUS, essa monografia foi realizada em grupo. Os alunos, formados em abril deste ano, criaram um instrumento de pesquisa e se dividiram em duplas para irem a quatro unidades de saúde do município de Rio Branco entrevistar profissionais da área. Ao todo, responderam às perguntas

cinco dentistas, três THDs, cinco auxiliares de consultório dentário (ACDs) e três outros profissionais envolvidos no atendimento odontológico.

O resultado do questionário confirmou a visão do grupo: todos os entrevistados declararam já terem vivenciado alguma experiência complicada com pacientes surdos. “Eles contaram que, quando desejavam saber informações mais específicas, o entendimento era vago e a comunicação entre eles não fluía. Muitos se mostraram interessados em estudar LIBRAS, pois consideram um aprendizado necessário”, diz José Augusto. “Quando o paciente é surdo, a gente apenas presta socorro, não dá para realizar um exame detalhado. Para começar o atendimento, é necessário haver um acompanhante do usuário para dizer o que ele está sentindo”, explica Flávio Ikuma, dentista e mediador do curso na ETSUS.

Após a pesquisa em campo, os THDs entraram na fase de elaboração de material a ser divulgado em palestras com o objetivo de facilitar a comunicação entre profissional e paciente surdo, propiciando um tratamento mais digno. Um dos instrumentos confeccionados foi um álbum com desenhos e a tradução de palavras e expressões consideradas usuais no atendimento odontológico – a figura do dente sadio, o nome de algumas doenças e remédios – do português para a datilologia, a língua dos sinais.

Em seguida, os alunos realizaram oficinas no Centro Especial de Ensino aos Surdos (CEES) e na própria ETSUS, cujo público foi formado por outros alunos, funcionários da Escola e do Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr, ao qual a Escola é vinculada, além de gestores municipais e estaduais, e representantes do Pólo de Educação Permanente. Depois de apresentar o material produzido, o grupo realizou dramatizações simulando um atendimento no qual o paciente surdo, ao chegar à recepção da unidade de saúde,

é encaminhado a um profissional que domina noções básicas de LIBRAS, e outro, mostrando como o tratamento realmente acontece hoje. Os alunos também levaram à Escola uma psicóloga que trabalha com LIBRAS, para que ela descrevesse a sua experiência. Segundo Flávio, essas iniciativas foram muito importantes para a conscientização do público. “Muitas pessoas que não trabalham diretamente no atendimento ficaram chocadas, pois não tinham percebido esse problema na prática”, diz.

Próximos passos

Nos encontros, os alunos aproveitaram também para expor a sua sugestão mais ousada: incluir o curso básico de LIBRAS na proposta pedagógica curricular dos cursos de ACD e THD. Na opinião de José Augusto, a iniciativa do grupo foi bem recebida pela Escola, que inclusive o encorajou a aprofundar os estudos, sugerindo mudanças para a melhoria do projeto. “O projeto ainda está em andamento. Como não queremos que ele fique restrito à Escola, precisamos de recursos para a distribuição do material a outras instituições de ensino público. O próximo passo é entrar em contato com o Departamento de Ensino Especial da Secretaria de Educação em busca de apoio”, afirma.

O THD conta ainda que a proposta de implantação do curso básico de LIBRAS foi levada por eles à etapa estadual da Conferência de Educação Profissional do ano passado, aprovada para ir à etapa nacional, mas o grupo não recebeu retorno da discussão. “Não vi o relatório final, mas acredito que o tópico talvez não tenha nem sido inserido na pauta final. O pessoal só está começando a abrir os olhos para essa questão agora”, diz, citando um projeto nacional em andamento para a implantação de intérpretes dos professores nas escolas para que alunos surdos entendam o conteúdo das aulas. ■

Tereza Ramos dá aula inaugural no novo auditório da EPSJV

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), do Rio de Janeiro, inaugurou, no dia 3 de abril, as novas instalações do auditório Joaquim Alberto Cardoso de Melo e da Biblioteca Emília Bustamante. Dentre as autoridades presentes estavam Paulo Buss, presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Luiz Fernando Ferreira, ex-diretor e um dos fundadores da EPSJV, e Giovanni Berlinguer, membro do Comitê Internacional de Bioética da Unesco. No dia 4, Tereza Ramos, presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e ACS do Recife, foi res-



Tereza na aula inaugural da EPSJV

ponsável pela aula inaugural da EPSJV, cujo tema foi 'Formação técnica e despreciação dos ACS: uma luta por cidadania'.

A placa do auditório foi descerrada por Luiz Fernando e Giovanni Berlinguer. Depois, Paulo Buss falou sobre a importância da Escola Politécnica nas áreas de educação, trabalho e saúde: "As novas instalações do auditório e da biblioteca da EPSJV mostram que o ensino público pode ser de qualidade se os gestores tiverem uma atuação correta. Parabéns a equipe da Escola em nome de todos os colegas da Fiocruz".

No dia seguinte, a conferência de Tereza – a primeira a ser realizada no auditório recém-inaugurado – foi assistida por mais de 200 pessoas e seguida por um debate. "Para nós, o espaço físico só tem sentido quando abriga um projeto. Nesse caso, estamos marcando a nossa defesa intransigente da ampliação da escolaridade de todos os trabalhadores. Para lutarmos por uma sociedade mais igualitária, é preciso garantir aos trabalhadores, no mínimo, o ensino médio completo e a formação técnica. Tereza é uma das pessoas que mais batalham por isso", disse André Malhão.

Maria do Carmo Leal, vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz, que também compôs a mesa, ratificou os elogios à Tereza, ressaltando a importância da experiência do Recife no Programa de Saúde da Família. "É uma alegria ter a presidente da Confederação dos ACS aqui hoje", afirmou. Aos alunos, deu as boas vindas e desejou um bom ano letivo. "Que nós ajudemos vocês a serem melhores cidadãos", concluiu.

Em sua fala, Tereza apresentou um panorama histórico da profissão e da confederação da qual é presidente. Lembrou, por exemplo, as lutas e as cobranças feitas pelos ACS de 2003 até o final de 2005 para a aprovação da Emenda Constitucional 51, que estabelece o processo seletivo público como forma de contratação dos trabalhadores. "Dividimos os ACS para bater na porta dos deputados", contou. Segundo ela, da mesma forma, para que hoje os ACS se tornem servidores públicos estatutários e os outros módulos do curso técnico sejam aprovados, como todos desejam, é necessário fazer muita

pressão. "Temos que lutar pelo que queremos, porque ninguém vai nos dar nada de presente", disse.

Ao ser questionada sobre se as reivindicações dos ACS têm se fortalecido com mobilizações de outros grupos de trabalhadores da saúde, Tereza explicou que, apesar de a quantidade de movimentos na área da saúde ter aumentado nos últimos anos, eles ainda são muito distantes uns dos outros. "Não temos ligação com outros sindicatos em prol da saúde pública. Acho que é por isso que estamos atrasados, por não estarmos conseguindo nos juntar", criticou. Finalizando o encontro, André Malhão reafirmou o apoio da EPSJV à luta da Confederação pela formação técnica. "Vamos estar com vocês até o fim. É um compromisso político desta Escola", declarou.

A Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (Conacs) realizará, entre os dias 28 de junho e 1º de julho, seu III Congresso Ordinário que este ano será no SESI de Aracaju, em São Luís (MA). O objetivo é aprovar o regimento eleitoral da Confederação, modificar seu estatuto social, além de eleger nova diretoria e conselho fiscal. A atual presidente, Tereza Ramos, deixará o cargo no fim de junho, se não for reeleita. Cada estado poderá participar com 45 delegados e tem até o dia 5 de junho para fazer a inscrição, no valor de R\$ 200 por participante, incluindo hospedagem e alimentação.

ESP-CE e Canadá: intercâmbio

No dia 19 de abril, foi lançado o 'Projeto de Intercâmbio de Conhecimentos', que tem como parceiros o governo do Ceará – representado pela Secretaria de Saúde do Estado e pela Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues –, as prefeituras municipais de Fortaleza e de Sobral, e o Consórcio Internacional de Desenvolvimento em Educação (CIDE), do Canadá. O financiamento ficará por conta da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI).

Segundo Carmem Cavalcante, coordenadora do projeto de formação técnica em Enfermagem da ETSUS, o convênio de três anos de cooperação com o Canadá tem três objetivos principais no que diz respeito à formação técnica de profissionais da saúde. O primeiro, como o próprio nome diz, é a troca de conhecimento entre Brasil e Canadá nas esferas de formação e gestão dos recursos humanos em saúde para que seja possível implantar aqui o modelo de competências utilizado no Canadá. A previsão é a de que seis novos programas curriculares de formação técnico-profissional sejam organizados nesse período nas áreas de Acolhimento em Saúde, Radiologia, Sistemas de Informação em Saúde, Cuidado Domiciliar, Atendimento de Urgência Pré-Hospitalar e Prótese Dentária. Para compreenderem melhor como é desenvolvido o modelo curricular de competências, técnicos da ETSUS visitarão duas escolas do Canadá, o Cégep de Sainte-Foy e o Cégep John Abbott College.

O segundo objetivo é organizar um sistema de planejamento e gestão de Recursos Humanos para o SUS que contenha informações gerais sobre Educação Profissional no estado, como, por exemplo, estatísticas sobre o número de trabalhadores que já foram formados e dos que ainda precisam de capacitação. O terceiro, de longo prazo, é a divulgação dos resultados alcançados com o desenvolvimento dos projetos na Rede Brasil, através do site do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), que também é parceiro dessa iniciativa.

ETSUS Roraima: qualificação em Sistema Único de Saúde e curso técnico de ACS

Aconteceu, no dia 3 de maio, na Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima, a aula inaugural do curso de Qualificação em Sistema Único de Saúde. Estiveram presentes na cerimônia o vice-governador do estado, José de Anchieta Júnior; a secretária estadual de saúde, Eugênia Ferreira; o reitor da Universidade Estadual de Roraima, Raimundo Nonato Vilarim; o deputado estadual José Reinaldo Pereira da Silva (PSDB-RR), representando o presidente da Assembléia Legislativa de Roraima, Messias de Jesus (PSDB-RR); a diretora da ETSUS, Patrícia Ludmila de Melo; além de professores e alunos. A Escola está oferecendo oito turmas na sua própria sede para atender a 280 servidores da rede estadual de saúde. As aulas são dadas por 15 profissionais de saúde oriundos do nível de gestão e serviços e egressos de cursos de especialização promovidos pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), que está investindo cerca de R\$ 30 mil no desenvolvimento do curso.

A duração da capacitação é de três meses, com 116 horas de aulas. “Esse cur-

so tem como objetivo subsidiar os trabalhadores da saúde da esfera estadual para uma atuação ativa e crítica na consolidação do SUS, a partir da compreensão dos princípios e conceitos que o fundamentam”, disse Alda Regina Franco, vice-diretora da ETSUS.

Já nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro, a Escola realizou uma oficina com os 47 enfermeiros do Programa de Saúde da Família que atuam como monitores do primeiro módulo do curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde no pólo de formação de Boa Vista. O curso está em andamento desde o segundo semestre de 2006, período no qual os alunos completaram as 200 horas de aulas teóricas.

O objetivo da oficina foi integrar o grupo de instrutores e apresentar-lhes a metodologia que deve ser utilizada no acompanhamento dos alunos no período de dispersão do curso, também de 200 horas. Esse primeiro módulo está sendo financiado pelo Ministério da Saúde, com contrapartida da Secretaria de Estado da Saúde de Roraima (SESAU/RR).

ETSUS Paraná oferece novas turmas de ACD, THD e ACS

No dia 7 de maio, o Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha (PR) deu início ao curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde (ACS) nos municípios de Antonina, Morretes e Paranaguá. Essas três turmas são as últimas do projeto, que também formou ACS em novembro de 2006 e em fevereiro deste ano. Até julho, quando as aulas devem terminar, serão atendidos 5.726 ACS de 218 municípios. Outros quatro projetos da ETSUS aguardam aprovação de recursos e devem começar em breve, visando à formação de 1.226 ACS, no município de Curitiba; 747 agentes comunitários, na regional de Guarapuava; 139 alunos, na regional de Campo Mourão; e 879 ACS, nas regiões de Maringá e Curitiba.

Já nos meses de fevereiro e março, a Escola abriu nove turmas do curso de auxiliar de consultório dentário (ACD) e quatro de técnico em higiene bucal (THD).

Para o fim do ano estão previstas mais duas turmas da complementação para o curso de THD. No total, serão contemplados 532 trabalhadores dos municípios de Açaí, Apuracana, Arapongas, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Curitiba, Faxinal, Ivaiporá, Kaloré e Jacarezinho.

O curso completo de THD tem três módulos, que totalizam 1.200 horas de aulas teórico-práticas e 200 de estágio. O curso de ACD corresponde aos dois primeiros módulos, com 860 horas. Os docentes são cirurgiões-dentistas que trabalham nos serviços de saúde locais e já receberam a capacitação pedagógica na ETSUS. Todos os cursos estão sendo realizados com recursos financeiros do Ministério da Saúde (MS) e com a parceria e o apoio da Coordenação de Ações Técnicas do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges/SGTES/MS). No ano passado, a Escola formou 266 THDs e 101 ACDs.

ESP-MG capacita docentes para curso de ACS

Aconteceu, entre os dias 10 e 12 de abril, na Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG), a capacitação pedagógica de 36 profissionais que atuam no Programa de Saúde da Família (PSF) para o primeiro módulo do curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde. Nos três dias, médicos, dentistas e enfermeiros dos municípios de Conselheiro Lafaiete, Ibititê, Ipiranga e Juiz de Fora, que foram docentes do curso, puderam conhecer o novo guia curricular a ser adotado pela ETSUS daqui para frente.

Em breve, a Escola deve começar 148 turmas do primeiro módulo do curso de ACS em 98 municípios para atender 4.847 agentes comunitários de saúde. “O curso pretende formar profissionais críticos, reflexivos e éticos, transformadores da realidade, que desenvolvam ações de integração social, promoção da saúde e prevenção de agravos na família e na comunidade por meio do processo educativo”, afirmou a direção da Escola.

Também neste ano, a ETSUS lançou um novo guia curricular, ferramenta que servirá como base didática para a prática pedagógica dos docentes do curso de ACS. A primeira versão do material foi elaborada em 2004, após debates entre profissionais da Escola e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Depois de ser utilizada em cursos da ETSUS, essa proposta inicial foi rediscutida e avaliada em 2006, em uma oficina que reuniu 40 docentes da região metropolitana de Belo Horizonte, na qual se chegou ao guia atual. Clarice Castilho Figueiredo, gerente da Coordenação de Educação Profissional da ESP-MG, espera que o material amenize as dificuldades apresentadas pelos docentes ao longo dos últimos anos. “O guia não pode ser entendido como algo definitivo e será constantemente avaliado, segundo os princípios da educação continuada”, disse.

ERRAMOS

Na última edição, na nota ‘EFOS aposta em aperfeiçoamento gerencial para servidores’, a Escola participou da capacitação dos docentes do curso e não da promoção do curso, como noticiado. Cleonete Argenta é coordenadora técnica da EFOS.

ETSUS Tocantins analisará trabalho de THDs no estado

Em abril, a Escola Técnica de Saúde do Tocantins obteve a aprovação de um projeto de pesquisa cujo objetivo é acompanhar a atuação nos serviços dos cem técnicos em higiene dental (THDs) formados em quatro turmas no ano passado. O projeto receberá financiamento de R\$ 50 mil do Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde, desenvolvido pela primeira vez no estado através da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Tocantins, com o apoio do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Segundo a diretora de integração social da Escola, Maria Aparecida Valentini, o projeto terá duração de um ano, período no qual profissionais da ETSUS vão visitar os 23 municípios do estado onde os ex-alunos THDs trabalham para avaliar como estão desempenhando suas funções. “Queremos ver se eles estão melhorando o atendimento e modificando a realidade das comunidades”, explica. Ela esclarece ainda que a execução da pesquisa permitirá a realização de uma avaliação institucional do papel da ETSUS na transformação do processo de trabalho no sistema de saúde. “Poderemos pensar em propostas de inovações tecnológicas para a melhoria da qualidade do curso de THD e dos serviços oferecidos pela Escola”, acrescenta.

A análise será feita através de entrevistas, baseadas em questionários semi-estruturados, com os próprios THDs e com outras pessoas envolvidas no seu processo de trabalho, como gestores, cirurgiões-dentistas, representantes de escolas e creches,

e usuários, para saber se perceberam modificações no atendimento. Também será realizada coleta de dados, elaboração de diários de campo e registro fotográfico. “Depois iremos catalogar os dados e divulgá-los”, diz a diretora.

Essa e outras realizações da Escola já poderão ser publicadas no ‘ETSUS Notícias’, o jornal bimensal da Escola Técnica de Saúde do To-

cantins. A sua primeira edição, publicada em fevereiro, está disponível no site do governo do estado e foi distribuída às Escolas da RET-SUS, a todas as Secretarias do Tocantins, às unidades de saúde de Palmas, Araguaína e Gurupi, onde ocorrem cursos da Escola, aos 139 secretários municipais do estado, aos conselheiros regionais e às escolas estaduais de ensino médio, responsáveis pelo preenchimento de 15% das vagas da ETSUS. “Essa idéia de fazer um jornal já existia há bastante tempo, mas só agora, com a presença de uma jornalista na Escola, foi possível realizá-la. O objetivo é dar novo dimensionamento e amplitude à ETSUS, através da divulgação do que está sendo feito aqui”, conta Maria Aparecida.



Jornal bimensal da ETSUS Tocantins



O segundo volume da coletânea ‘Iniciação Científica na Educação Profissional em Saúde: articulando trabalho, ciência e cultura’ reúne dez monografias de conclusão de curso produzidas por alunos do ensino médio integrado à Educação Profissional da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV).



O livro ‘Estudos de Politécnica e Saúde’ é uma coletânea de 14 artigos que são, em sua maioria, resultados de projetos de pesquisa desenvolvidos na EPSJV. Os textos trazem desde temas ligados mais diretamente à prática educacional, como produção de material didático, site educativo e integração curricular, até reflexões sobre o processo de trabalho na escola e nos serviços de saúde, passando por relatos de experiências de formação de jovens e adultos trabalhadores no campo da saúde.



A coleção ‘Progestores’, lançada pelo Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass), é composta por 12 obras que analisam o Sistema Único de Saúde (SUS), visando subsidiar o trabalho dos gestores no período de 2007 a 2010. A coletânea é uma iniciativa do Programa de Informação e Apoio Técnico às Equipes Gestoras Estaduais do SUS (Progestores), criado em 2003 pelo Conass, em parceria com o Ministério da Saúde, com o objetivo de aprimorar a gestão estadual, através de publicações, capacitações técnicas e assessoria direta às Secretarias.